

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2025

DENOMINAÇÃO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

MORADA Rua Dr. Américo Silva – Apartado 191

N. ANDAR LOCALIDADE Azurara

FREGUESIA Azurara

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4481-911

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Azurara

02/03/2026

Azurara

23/03/2026

ASSINATURAS

x António José Chí Mafella

x Domingos António S. Pacheco

x Coelho

x Teófilo

x Hélia Silva Pastanqueira

x Alberto da Silva Azeredo

x Conceição Melo

ASSINATURA DO PRESIDENTE

António

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501538810

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 190 302,08	1 221 951,38
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	603,11	3 359,24
		1 190 905,19	1 225 310,62
Ativo corrente			
Inventários	6	904,03	962,62
Créditos a receber	11.2	2 430,81	13 884,73
Estado e outros entes públicos	11.7	1 159,77	4 221,95
Diferimentos	11.3	2 663,42	2 528,58
Caixa e depósitos bancários	11.4	1 825 005,18	1 621 895,02
		1 832 163,21	1 643 492,90
Total do ativo		3 023 068,40	2 868 803,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	122 843,61	122 843,61
Resultados transitados	11.5	2 207 662,50	2 040 496,69
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	424 362,92	436 487,57
		2 754 869,03	2 599 827,87
Resultado líquido do período		180 179,12	167 165,81
Total dos fundos patrimoniais		2 935 048,15	2 766 993,68
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	2 075,40	15 326,06
Estado e outros entes públicos	11.7	11 408,17	12 496,35
Diferimentos	11.3	1 397,40	816,00
Outros passivos correntes	11.8	73 139,28	73 171,43
		88 020,25	101 809,84
Total do passivo		88 020,25	101 809,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 023 068,40	2 868 803,52

A Direção

O Contabilista Certificado

António José Costa Albuquerque
Domingos António S. Machado
Colaborar
Teresa M. A.
Alberto da Silva Azeredo
Honória Silva Gesteira
Conceição Neto

António José Costa Albuquerque

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501538810

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	7	782 982,00	727 241,39
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	11 580,90	16 703,92
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-34 427,73	-34 449,36
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-84 047,14	-85 355,77
Gastos com o pessoal	9	-520 892,52	-489 332,98
Outros rendimentos	11.11	28 921,86	31 515,03
Outros gastos	11.12	-5 749,60	-4 788,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		178 367,77	161 533,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-42 195,86	-35 955,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		136 171,91	125 577,50
Juros e gastos similares obidos	11.13	44 081,86	41 597,92
Juros e gastos similares suportados	11.13	-74,65	-9,61
Resultados antes de impostos		180 179,12	167 165,81
Resultado líquido do período		180 179,12	167 165,81

A Direção

António José Costa Salgueiro
 Direcção
 Catarina S. Machado
 Ceballos
 Fernando
 Alvaro de Sousa Aguiar
 Fátima Silva Costa
 Loureiro

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 2025

Contribuinte: 501538810

Moeda: Euros

Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-Escolar	Irmandade	PERÍODOS	
					2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	439 510,68	342 542,32	929,00	782 982,00	727 241,39
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-329 972,08	-225 348,17	0,00	-555 320,25	-523 782,34
Resultado Bruto		109 538,60	117 194,15	929,00	227 661,75	203 459,05
Outros Rendimentos	11.9/11.11	11 452,78	11 452,77	17 597,21	40 502,76	48 218,95
Gastos administrativos	4/5/11.10	-57 044,55	-62 051,01	-7 147,44	-126 243,00	-121 911,62
Outros Gastos	11.12	-216,05	-216,05	-5 317,50	-5 749,60	-4 788,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		63 730,78	66 379,86	6 061,27	136 171,91	125 577,50
Ganhos de financiamento (líquidos)	11.13	22 040,98	22 040,88	0,00	44 081,86	41 597,92
Gastos de financiamento (líquidos)	11.13	-37,34	-37,31	0,00	-7,45	-9,61
Resultado antes de impostos		85 734,42	88 383,43	6 061,27	180 179,12	167 165,81
Resultado líquido do período		85 734,42	88 383,43	6 061,27	180 179,12	167 165,81

Direção
 João Paulo de Oliveira
 António de Silva Azevedo
 Hércules Silva Castanheira
 Margarida Melo

O Contabilista Certificado



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		147 885,02	162 030,67
Pagamentos de apoios		-5 317,50	-8 218,45
Pagamentos a fornecedores		-142 168,11	-147 982,51
Pagamentos ao pessoal		-345 718,34	-324 891,58
Caixa gerada pelas operações		-345 318,93	-319 061,87
Outros recebimentos/pagamentos		509 824,17	443 065,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		164 505,24	124 003,59
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 634,32	-58 470,01
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 756,13	2 500,00
Juros e rendimentos similares		44 081,86	41 597,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		35 203,67	-14 372,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		3 475,90	3 185,52
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-74,65	-9,61
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 401,25	3 175,91
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 621 895,02	1 509 087,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	1 825 005,18	1 621 895,02

A Direção

O Contabilista Certificado

António João Almeida
 Director
 António S. Almeida
 Carlos
 António da Silva Almeida
 Mariana Silva
 Conceição Melo

António Almeida
 Contabilista Certificado

Alipio
ufpb *Camê*
estalo *2025*
ASTB

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

Anexo

Demonstrações Financeiras

2025

Albuquerque
Hubert
Costa
Costa
Costa
Costa

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Inventários	13
7	Rédito	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
11	Outras Informações	15
11.1	Investimentos Financeiros	15
11.2	Créditos a receber	15
11.3	Diferimentos	16
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	16
11.5	Fundos Patrimoniais	16
11.6	Fornecedores	16
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.8	Outros Passivos Correntes	17
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.10	Fornecimentos e serviços externos	17
11.11	Outros rendimentos	17
11.12	Outros gastos	18
11.13	Resultados Financeiros	18
11.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
11.15	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, registada na Direção-Geral da Ação Social no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, folhas 26 e verso, em 19/09/1985, com sede na Rua Dr. Américo Silva - Apart.191, Azurara – Vila do Conde. Tem os seguintes objetivos:

- Promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais em tudo que respeite à manutenção e desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente através de atuações de caráter dinamizador, cultural e recreativo;
- Apoio à família e a proteção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Creches e Jardins de Infância e serviço domiciliário;
- Promoção e proteção da saúde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	154.128,55				154.128,55
Edifícios e outras construções	1.483.669,93				1.483.669,93
Equipamento Básico	107.786,81	2.016,81			109.803,62
Equipamento de Transporte	35.100,01				35.100,01
Equipamento Administrativo	5.801,78				5.801,78
Equipamento Informático	13.485,99				13.485,99
Ferramentas e utensílios	5.829,50				5.829,50
Outros ativos fixos tangíveis	33.535,67				33.535,67
Ativo Tangível Bruto	1.839.338,24	2.016,81	0,00	0,00	1.841.355,05
Investimentos em Curso	37.341,10	8.529,75			45.870,85
Investimentos em Curso	37.341,10	8.529,75	0,00	0,00	45.870,85
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	496.009,81	30.946,79			526.956,60
Equipamento Básico	103.361,72	1.671,20			105.032,92
Equipamento de Transporte	2.340,00	7.020,00			9.360,00
Equipamento Administrativo	5.801,78				5.801,78
Equipamento Informático	12.699,69	766,84			13.466,53
Ferramentas e utensílios	3.938,41	945,56			4.883,97
Outros ativos fixos tangíveis	30.576,55	845,47			31.422,02
Depreciações Acumuladas	654.727,96	42.195,86	0,00	0,00	696.923,82
Ativo Tangível Líquido	1.221.951,38	-31.649,30	0,00	0,00	1.190.302,08

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando adições, abates e alienações, amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Programas de computador	8.469,55				8.469,55
Ativo Intangível Bruto	8.469,55	0,00	0,00	0,00	8.469,55
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	8.469,55				8.469,55
Depreciações Acumuladas	8.469,55	0,00	0,00	0,00	8.469,55
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.363,91	34.048,07	0,00	962,62	34.369,14	0,00	904,03
Total	1.363,91	34.048,07	0,00	962,62	34.369,14	0,00	904,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				34.449,36			34.427,73

7 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	782.982,00	727.241,39
Quotas de utilizadores	135.772,68	167.802,40
Quotas e joias	929,00	914,00
Outros – Acordos cooperação	646.280,32	558.524,99
Outros Réditos	44.081,86	41.597,92
Juros e rendimentos aplicações financeiras	44.081,86	41.597,92
Total	827.063,86	768.839,31

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2025			31-12-2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	646.280,32	0,00	0,00	564.155,39
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,00
Autarquias – C M Vila Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	8.105,00	0,00	0,00	7.720,00
PARES (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	244.061,82	0,00	6.973,19	251.035,01	0,00	6.973,19
DREN (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	176.400,00	0,00	5.040,00	181.440,00	0,00	5.040,00
C M Vila Conde (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	3.901,10	0,00	111,46	4.012,56	0,00	111,46
TOTAL		424.362,92	0,00	666.509,97	436.487,57	0,00	584.168,04

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram de "13". No período de 2025 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2024/2027, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Ventura Alberto Silva Saraiva;

Vice-Presidente – Ana Paula Felgueiras Andrade;

Secretário – Hugo Manuel Magalhães Costa e Silva.

Mesa Administrativa

Provedor – António José da Costa e Silva de Magalhães;

Vice-Provedor – Domingos António Salgado Machado;

Secretário – Tomás Manuel Magalhães Costa e Silva;

Tesoureiro – Carla Isabel da Silva Maia;

1º Vogal – Alberto da Silva Azevedo;

2º Vogal – Mónica da Silva Castanheira;

3º Vogal – Conceição Maria Oliveira Pinto de Melo.

Conselho Fiscal

Presidente – António Luís Maia de Freitas;

Vice-Presidente – António Gomes de Araújo;

Secretário – Maria Alice Ferreira Carneiro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 e em 31/12/2025 foram de "28".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	412.345,41	393.718,47
Indemnizações	3.338,20	1.088,08
Encargos sobre as Remunerações	91.148,20	86.682,91
Seguros de Acidentes no Trabalho	5.696,53	4.796,09
Outros Gastos com o Pessoal	8.364,18	3.047,43
Total	520.892,52	489.332,98

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2025 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
2	Apoio ao Culto a Atividades Religiosas	520
5	Zeladora da Igreja	400
3	Zeladora das Capelas dos Passos	150
2	Apoio/Manutenção no Jardim Escola	200
2	Apoio social e educativo no Jardim Escola	950

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

No período de 2025 e 2024 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	603,11	3.359,24
Total	603,11	3.359,24

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	2.430,81	13.884,73
Total	2.430,81	13.884,73

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.566,85	2.528,58
Trabalhos especializados	96,57	0,00
Total	2.663,42	2.528,58
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas recebidas antecipado	1.397,40	816,00
Total	1.397,40	816,00

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	302,60	40,21
Depósitos à ordem	194.702,58	71.854,81
Depósitos a prazo	1.630.000,00	1.550.000,00
Total	1.825.005,18	1.621.895,02

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	122.843,61	0,00	0,00	122.843,61
Resultados transitados	2.040.496,69	167.165,81	0,00	2.207.662,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	436.487,57	0,00	12.124,65	424.362,92
Total	2.599.827,87	167.165,81	12.124,65	2.754.869,03

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	2.075,40	15.326,06
Total	2.075,40	15.326,06

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.159,77	4.221,95
Total	1.159,77	4.221,95
Passivo		
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	2.109,00	2.284,00
Segurança Social	9.299,17	10.212,35
Total	11.408,17	12.496,35

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	670,13	0,00	940,71
Credores por acréscimo de gastos	0,00	72.469,15	0,00	72.230,72
Total	0,00	73.139,28	0,00	73.171,43

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	8.105,00	13.518,40
Doações e heranças – Donativos	3.475,90	3.185,52
Total	11.580,90	16.703,92

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	42.937,31	44.454,71
Materiais	3.015,61	4.748,56
Energia e fluidos	16.404,62	14.404,47
Deslocações, estadas e transportes	0,00	485,12
Serviços diversos	13.128,94	11.905,28
Encargos com utentes	8.560,66	9.357,63
Total	84.047,14	85.355,77

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	60,00	240,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	16.721,13	19.134,30
Outros rendimentos e ganhos	12.140,73	12.140,73
Total	28.921,86	31.515,03

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	12,10	57,50
Outros Gastos e Perdas	5.737,50	4.731,38
Total	5.749,60	4.788,88

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	74,65	9,61
Total	74,65	9,61
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	44.081,86	41.597,92
Total	44.081,86	41.597,92
Resultados Financeiros	44.007,21	41.588,31

11.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2025, foi a seguinte:

Creche – 66 utentes;

Pré-Escolar – 66 utentes.

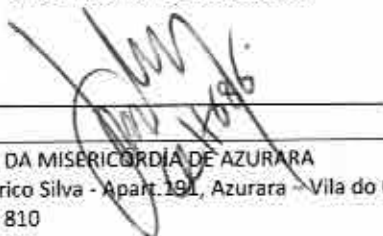
11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Azurara, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



ADIREÇÃO
 António José César Almeida
 António S. Maluda
 Catarina
 Sora
 Alberto da Silva Azeredo
 Mariana Silva Pereira
 Conceição Lelo